

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.307 - SC (2019/0357290-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : ARNO CABRAL FILHO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JONAS DE OLIVEIRA - SC033395  
DIEGO ROSSI MORETTI - SC054505  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ARNO CABRAL FILHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4031141-62.2019.8.24.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, no dia 9/8/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime descrito no art. 121, § 2º, I, IV e V, por três vezes, do CPB, porque teria ceifado as vidas de um casal, a pauladas, em razão de uma dívida. Ainda, teria ceifado, do mesmo modo, a vida do filho do casal, a fim de ocultar a prática de um dos crimes (e-STJ fls. 10/11).

Consta ainda que o réu foi pronunciado em 22/10/2019, tendo sido mantida a segregação cautelar pelos seus fundamentos iniciais (e-STJ fl. 40).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, alegando, em síntese, que o Magistrado manteve a custódia cautelar do paciente na sentença de pronúncia sem a devida fundamentação, se valendo apenas da decisão constritiva anterior. Alegou que os argumentos que originaram a prisão preventiva não mais se sustentam, uma vez que a instrução está encerrada (e-STJ fls. 61). O Tribunal, contudo, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 60):

*HABEAS CORPUS. TRIPLO HOMICÍDIO QUADRUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, INC. II, III, IV E V, TODOS DO CÓDIGO PENAL). DECISÃO DE PRONÚNCIA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. REQUISITOS DO ART. 312 QUE SE MANTÉM HÍGIDOS. REMISSÃO A DECISÕES ANTERIORES. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE DO CÁRCERE CAUTELAR ANALISADO EM*

*IMPETRAÇÃO ANTERIOR. PACIENTE QUE PERMANECEU ENCLAUSURADO AO LONGO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA APTA A JUSTIFICAR A LIBERDADE PROVISÓRIA, AO MENOS POR ORA. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.*

Na presente oportunidade, a defesa alega que não se encontra presente na sentença de pronúncia, qualquer fundamentação acerca dos requisitos legais da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP, sublinhando que o recorrente possui residência fixa, família constituída, atividade lícita. Ainda, pontua que sua ficha criminal aponta procedimentos que datam mais de 10 anos, sendo essencialmente primário. No mais, discorre acerca da possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ao presente caso.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ou a substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não vejo como dar seguimento ao presente recurso.

No caso, ao proferir a sentença de pronúncia, o juiz de primeiro grau negou ao réu o direito de recorrer em liberdade pelas seguintes razões (e-STJ fl. 40):

*Nego ao réu o direito de recorrer em liberdade, porquanto inalterados os fundamentos da prisão preventiva decretada a p. 56-57, bem como negada a revogação p. 236-238 e o dito em Habeas Corpus n. 4025561-51.2019.8.24.0000.*

Com efeito, a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu na espécie.

Nesse sentido:

*[...]. 1."A ação constitucional de habeas corpus e o recurso*

***em habeas corpus que questionam decreto de prisão preventiva não se encontram prejudicados pela superveniência de novo título, se a sentença penal condenatória mantém a constrição cautelar, sem agregar fundamentos novos".***

[...]. (AgRg no HC n. 250.392/RN, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 26/5/2015, DJe 8/6/2015).

***[...]. A superveniência de sentença de pronúncia ou condenatória não constituirá "título novo", de modo a prejudicar o conhecimento do habeas corpus, se a ela nenhum fundamento novo for acrescentado [...].*** (HC n. 288.716/SP, Relator Ministro NEWTON TRISOTTO – Desembargador Convocado do TJ/SC –, Quinta Turma, julgado em 25/11/2014, DJe 1º/12/2014).

Assim, embora se trate de novo ato coator, as razões da presente interposição e respectivo pedido já foram objetos de apreciação por esta Corte Superior, no julgamento do HC n. 537.653/SC, de minha relatoria, que entendeu haver motivos suficientes para a segregação cautelar do réu, sobretudo, em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelo *modus operandi*., merecendo destaque o seguinte trecho da fundamentação:

*Como visto, as instâncias ordinárias se basearam em elementos concretos que demonstram a necessidade da custódia, sobretudo a gravidade da conduta e a periculosidade do agente, destacando o decreto constritivo a excepcional frieza e crueldade do acusado, o qual, em razão de existência de dívida, teria matado a pauladas o credor e sua esposa e, além disso, para assegurar sua impunidade, assassinado da mesma forma o filho do casal, criança de apenas 8 anos de idade.*

*O modus operandi do suposto delito é suficiente para denotar a periculosidade do paciente e evidenciar a necessidade de sua prisão, tanto pela desproporção entre condutas e motivos - homicídio de casal para evitar o pagamento de dívida - quanto pela abjeção de personalidade capaz de matar, a golpes de contusão com pedaço de madeira, uma criança de apenas 8 anos de idade.*

*Com efeito, "se a conduta do agente – seja pela gravidade*

*concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).*

Ademais, como consignado no acórdão recorrido, o Magistrado de primeiro grau decretou fundamentadamente o cárcere preventivo do paciente, [...] o que foi mantido por esta e. Corte ao julgar a ordem de ***habeas corpus n. 4025561-51.2019.8.24.0000*** [...] (e-STJ fl. 64, grifei), ato apontado como coator no próprio writ retromencionado (HC n. 537.653/SC).

Recorde-se, mais uma vez, que ao proferir a sentença de pronúncia, o Magistrado foi claro em ressaltar que permanecem que [...] *inalterados os fundamentos da prisão preventiva decretada* [...] (e-STJ fl. 40), tratando-se, portanto, do mesmo título outrora analisado, ficando inviabilizada análise duplicada por esta Corte Superior.

Em caso análogo:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. IDONEIDADE DOS FUNDAMENTOS PARA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR CONFIRMADA POR ESTA CORTE SUPERIOR NO JULGAMENTO DO RHC N. 101.207/MG. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE TÍTULO NOVO. RECORRENTE QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Conforme precedentes desta Quinta Turma, a sentença condenatória ou de pronúncia que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu na espécie.*

*2. No caso, o Juízo processante negou o direito de recurso em liberdade, consignando que permaneciam inalterados os fatos*

*e fundamentos da prisão preventiva, não havendo, portanto, novo título.*

*3. A idoneidade dos fundamentos utilizados para a segregação preventiva do recorrente já foi confirmada por esta Corte Superior no julgamento do RHC N. 101.217/MG. Naquela oportunidade, ficou consignado que a prisão preventiva do acusado encontra respaldo na necessidade de garantia da ordem pública, sobremaneira em razão da periculosidade do agente, aferida a partir da gravidade concreta da conduta imputada, notadamente pelo *modus operandi* do crime, considerando que o ora recorrente teria cometido o homicídio por asfixia, enrolado o corpo da vítima, sua esposa, em sacos plásticos e em um edredom, colocado em um carrinho de lixo e jogado em um matagal, local em que teria sido encontrado dias depois, nu, com o rosto completamente queimado e com sinais de enforcamento.*

*4. O entendimento adotado pelas instâncias ordinárias alinha-se à orientação jurisprudencial desta Corte Superior, firme de que, tendo o recorrente permanecido preso durante toda a persecução criminal, não faria sentido, ausentes alterações nas circunstâncias fáticas, que, com a superveniência da pronúncia, lhe fosse deferida a liberdade.*

*6. Recurso a que se nega provimento.*

(RHC 118.468/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 17/10/2019, DJe 25/10/2019)

Ante o exposto, com base no art. 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator